



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

NOTAS SOBRE A PERFORMATIZAÇÃO DA PEQUENA ÁFRICA COMO TERRITÓRIO NEGRO NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO

Helissan Cavalcante Vieira¹

Letícia Maris Wan-Burk²

RESUMO

Este artigo propõe uma leitura do repertório espacial de ação protagonizado por sujeitos subalternizados, na porção central do Rio de Janeiro reivindicada como “Pequena África”. Da Zona Portuária, Praça Onze, Morro da Providência, Estácio à região do Campo de Santana e partes do centro da cidade, esta área vem sendo performatizada como “território negro”, a partir de uma agência negra que faz frente à implantação de intervenções urbanísticas locais, sobretudo o Projeto Porto Maravilha (2009). Na tônica da renovação, revitalização e etc. são incorporados também outros sinônimos para legitimar rearranjos da estrutura urbana local, onde o ideal do “city-marketing” vai reforçar padrões de segregação socioespacial já existentes como processos de remoção, gentrificação e “branqueamento do território”. (SANTOS et. al., 2018). Como contraponto a isto, grafagens e referenciais espaciais negros são reivindicados em uma série de iniciativas e ativismos de grupos vinculados ao Movimento Negro e à luta antirracista, alguns precursores à chegada dos “grandes projetos” de transformação urbana. Exemplos desta atuação vão desde o tombamento da Pedra do Sal (1987) pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) ao pedido de salvaguarda e redescoberta do Cais do Valongo (2011), hoje Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO. Aqui, se estabelecem “disputas de lugar” ancoradas na história, cultura e memória negra do território em questão, cujas políticas de memória vão mobilizar “retóricas de identidade, pertencimento combinadas com a reconstituição historiográfica da presença, criações, resistências e também violências sofridas pelas populações negras” (SANTOS, 2021).

PALAVRAS-CHAVE: territórios negros; patrimônio; memória; branqueamento do território; segregação socioespacial.

RESUMEN

Este artículo propone una lectura del repertorio espacial de acción llevado a cabo por sujetos subalternizados en la parte central de Río de Janeiro reivindicada como “Pequeña África”. Desde la Zona Portuaria, Praça Onze, Morro da Providência, Estácio hasta la región de Campo de Santana y partes del centro de la ciudad, esta área ha sido performatizada como “territorio negro”, a partir de una agencia negra que se enfrenta a la implementación de intervenciones urbanas locales, sobre todo el Proyecto Porto Maravilha (2009). El énfasis en la renovación, revitalización, etcétera, también incorpora otros sinónimos para legitimar reordenamientos de la estructura urbana local, donde el ideal de “ciudad-mercancía” reforzará los patrones existentes de segregación socioespacial, como los procesos de remoción, gentrificación y “blanqueamiento del territorio”. (SANTOS et. al., 2018). Como contrapunto a esto, los grafitis negros y las referencias espaciales son reivindicados en una serie de iniciativas y activismo de colectivos vinculados al Movimiento Negro y a la lucha antirracista, algunos de ellos anteriores a la llegada de los “grandes proyectos” de transformación urbana. Ejemplos de ello van desde la catalogación de Pedra do Sal (1987) por el Instituto Estatal de Patrimonio Cultural (INEPAC) hasta la petición de salvaguarda y redescubrimiento de Cais do Valongo (2011), hoy Patrimonio Mundial de la UNESCO. Aquí se establecen

¹ Arquiteta e Urbanista; Mestranda em Planejamento Urbano e Regional; IPPUR/UFRJ
heli_ssan@outlook.com

² Arquiteta e Urbanista; Mestranda em Planejamento Urbano e Regional; IPPUR/UFRJ
wanburk.leticia@gmail.com



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

“disputas de lugar”, ancladas en la historia, la cultura y la memoria negras del territorio en cuestión, cuyas políticas de memoria movilizarán “retóricas de identidad y pertenencia combinadas con la reconstitución historiográfica de la presencia, creaciones, resistencias y también violencias sufridas por las poblaciones negras” (SANTOS, 2021).

PALABRAS CLAVE: territorios negros; patrimonio; memoria; blanqueamiento del territorio; segregación socioespacial.

ABSTRACT

This article proposes a reading of the spatial repertoire of action carried out by subalternized subjects in the central part of Rio de Janeiro claimed as “Pequena África”. From the Port Zone, Praça Onze, Morro da Providência, Estácio to the Campo de Santana region and parts of the city center, this area has been performatized as “black territory”, based on a black agency that is confronting the implementation of local urban interventions, above all the Porto Maravilha Project (2009). The emphasis on renovation, revitalization, etc. also incorporates other synonyms to legitimize rearrangements of the local urban structure, where the ideal of “city-marketing” will reinforce existing patterns of socio-spatial segregation such as processes of removal, gentrification and “whitening of the territory”. (SANTOS et. al., 2018). As a counterpoint to this, black graffiti and spatial references are claimed in a series of initiatives and activism by groups linked to the Black Movement and the anti-racist struggle, some of which predate the arrival of the “big projects” of urban transformation. Examples of this action range from the listing of Pedra do Sal (1987) by the State Institute for Cultural Heritage (INEPAC) to the request to safeguard and rediscover Cais do Valongo (2011), now a UNESCO World Heritage Site. Here, “disputes of place” are established, anchored in the black history, culture and memory of the territory in question, whose memory policies will mobilize “rhetorics of identity, belonging combined with the historiographical reconstitution of the presence, creations, resistance and also violence suffered by black populations” (SANTOS, 2021).

KEYWORDS: black territories; heritage; memory; whitening of the territory; socio-spatial segregation.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma leitura do repertório espacial de ação protagonizado por sujeitos subalternizados, na porção central do Rio de Janeiro lembrada como “Pequena África”, região – estendida da Zona Portuária à Praça Onze, englobando também o Morro da Providência, o bairro do Estácio, o Campo de Santana e partes do centro da cidade – que vem sendo, desde as últimas décadas, performatizada como “território negro”, com referenciais espaciais reivindicados como lugares de memória a partir de ativismos de grupos vinculados ao Movimento Negro e à luta antirracista, alguns predecessores à chegada de intervenções urbanísticas no local. Nomeada por Heitor dos Prazeres no início do século XX, a área já se conformava como um espaço de territorialidades negras, com reminiscências de períodos anteriores como as irmandades negras; e com uma rede de sociabilidades tecida entre tias baianas como Ciata e Bebiã, sambistas como Hilário Jovino e Miguel Pequeno, líderes religiosos como João Alabá e Cipriano Abedé; bem



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

como práticas culturais ligadas ao samba e ao carnaval e religiosas ligadas ao candomblé; além da presença de sociedades trabalhistas, como a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, de diretoria majoritariamente negra, carnavalescas a exemplo da Escola de Samba Vizinha Faladeira, primeira escola de samba da região, e organizações políticas e movimentos de resistência, como o entoado pelo líder “Prata Preta” na Revolta da Vacina (1904).

A incidência de “grandes projetos urbanos” (VAINER, 2000), sobretudo do Projeto Porto Maravilha (2011) sob a tônica da renovação, revitalização, etc. e incorporando também outros sinônimos, chega para legitimar rearranjos da estrutura urbana local, onde o “city-marketing” vai reforçar padrões de segregação socioespacial já existentes desde a Reforma Pereira Passos (1904), como processos de remoção, gentrificação e “branqueamento do território”. (SANTOS et. al., 2018), evento urbano inscrito em três dimensões: o branqueamento da população, com a mudança do perfil populacional local; o branqueamento da cultura, onde matrizes e práticas culturais branco-eurocêntricas são impostas, unidas aos ditos processos de “modernização”; e o branqueamento da imagem, que controla as narrativas e imagens produzidas sobre o lugar. Como contraponto a isto, a Pequena África de hoje vai abrigar uma rede de atores sociais que atuam sob um vasto repertório de ação, cujas iniciativas vão desde a patrimonialização de bens em diferentes agências (reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio da humanidade pela UNESCO); musealização (o processo de transformação do Cemitério dos Pretos Novos em instituto/museu); disputa judicializada pela nomeação de logradouros (a criação da Praça Carmem da Xibuca, na Cidade Nova e a renomeação da Rua Tia Ciata, na Saúde); manutenção de práticas culturais e religiosas, como o Samba da Pedra do Sal e o ritual de lavagem do Cais do Valongo à criação de organizações diversas como as atuantes no Morro da Providência; racialização de lutas como a luta por moradia, como as ocupações urbanas na região. Além disso, marcos temporais delineiam tal atuação: tombamento da Pedra do Sal (1987) pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) ao pedido de salvaguarda e redescoberta do Cais do Valongo (2011), hoje Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO.



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

Nesse cenário, se estabelecem “disputas de lugar” vinculadas à história, cultura e memória negra do território em questão, cujas políticas de memória vão mobilizar “retóricas de identidade, pertencimento combinadas com a reconstituição historiográfica da presença, criações, resistências e também violências sofridas pelas populações negras” (SANTOS, 2021). A dialética entre a Pequena África “ontem e hoje” evidencia as “r-existências” (PORTO-GONÇAVES, 2003), significando que diversos sujeitos e grupos do território são anteriores ao Porto Maravilha. O resgate do valor arqueológico e o processo patrimonial do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial pela UNESCO (2017) após a redescoberta, serviu como instrumento técnico-jurídico a ser acionado na preservação das matrizes culturais negras e como marco para visibilização de outros pontos tidos como lugares de memória da Pequena África. Da mesma forma, a criação dos circuitos negros, a saber: o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana (2017) e o Circuito Histórico e Arqueológico da Pequena África (2018), são eventos que dialogam com a luta pela preservação da história e da presença negra, apesar de participar de uma narrativa cristalizada no passado escravista. Os bens patrimoniais tanto do Cais quanto dos circuitos, assim como o leque de representações culturais nesse caso, são alvos de uma valorização não-legítima, cooptadas pela lógica mercadológica da cidade assumida pelo Porto Maravilha. Por outro lado, a perspectiva de reconhecimento histórico e da cultura afro-brasileira está presente em variadas iniciativas, que no repertório de ação, vão mobilizar também elementos imateriais, como nos casos das toponímias e a disputa judicializada por nomes de lugares alusivos à presença negra. Este é um dos exemplos das formas de disputar as semânticas e narrativas da Pequena África, evidenciando marcas culturais sob uma perspectiva contrária à “turistificação”, afinadas à efetividade de respostas às reivindicações por ancoradas em políticas de memória.

O artigo se estrutura em três sessões: a primeira, com uma contextualização histórica da formação territorial da Pequena África no séc. XX, bem como da constituição simbólica do território negro. Para tal, parte da análise da origem do núcleo aglutinador do Cais do Valongo diante dos movimentos micro diaspóricos, e identifica processos de segregação



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

socioespacial engendrados, com consequentes impactos na criação de sociabilidades negras à época, em outros espaços como a Praça Onze. Ainda, é feita uma análise da Pequena África que reemerge ao início do século XXI, vinculada às reivindicações do Movimento Negro, sob um repertório espacial de ação, sob formas múltiplas de ação e valorização da presença negra. Na segunda seção são abordadas a chegada das intervenções urbanísticas contemporâneas, adeptas à lógica da cidade-mercado e especificamente representadas pelo Projeto Porto Maravilha, onde vão se definir “disputas de lugar” e quadros de “branqueamento do território” em diversas vertentes urbanas. Aqui são demonstradas disputas simbólicas inscritas na região. Para a terceira seção, são apresentados tipos de resistências aos “grandes projetos urbanos” locais, evidenciando a atuação dos sujeitos e grupos sociais que reivindicam e resgatam o lugar da Pequena África por meio de uma série de políticas de memória, resistências e criações. Ao final são feitas algumas considerações sobre a reflexão proposta, na busca pela elaboração de alguns consensos, destacando novamente a permanente arena de disputa espacializada no território.

A PEQUENA ÁFRICA “ONTEM E HOJE”

“[...] O nome Pequena África remete à existência de uma comunidade negra que se constituiu na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX que permanece presente até os dias atuais. Esse nome, cunhado pelo artista Heitor dos Prazeres, é a expressão dessa memória presente no imaginário social acerca das territorialidades negras, das práticas culturais e existência de uma comunidade em que o poder político econômico e social era matrilinear (FERREIRA, 2015, p.2). Entretanto, essa memória é Pequena África não figura dentro da História Oficial que narra as transformações desse espaço sobre a ótica progresso.” (SILVA; SILVA, 2019)

No século XIX, o Rio de Janeiro foi o principal receptáculo do tráfico negreiro e recebeu na Zona Portuária da cidade uma estimativa de mais de setecentos mil africanos e africanas trazidos pelo atlântico³, onde a região do Cais do Valongo (1811) funcionava como núcleo central de logística e comércio do complexo escravagista. Após a proibição,

³ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Sítio Arqueológico Cais do Valongo: proposta de inscrição na lista do Patrimônio Mundial (coord. Milton Guran). Rio de Janeiro, 2016. 16/06/2019. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

fim do tráfico e a abolição da escravidão no país, houveram uma série de apagamentos, em dimensões materiais e imateriais, dos vestígios dessa prática no local: o Cais foi encoberto pelo intitulado Cais da Imperatriz no Segundo Império (1843), cuja nomeação foi substituída pela alcunha de Cais da Saúde (1889), posteriormente ocultado após grandes obras de reforma do cais do porto no local (1904). Aqui, o Cais se interligaria armazéns-mercados, hoje na atual Praça do Jornal do Comércio, a um Lazareto dos Escravos – “recuperava” a saúde dos cativos para que estivessem atrativos à ordem mercantil – e a um cemitério para sepultamento de escravizados falecidos na chegada ou ao longo do trânsito desumano. Além disso, a área também era destinada “[...] às atividades vinculadas a funções administrativas da colônia e da igreja no trato com grupos subalternos. Também se instala o Aljube, prisão eclesiástica, depois cadeia comum, como o cemitério dos Pretos Novos”. (MOURA, 1995. p. 56). Se antes a maioria da população cativa era vinda de portos nordestinos, com destaque para Salvador neste cenário, após a abolição o fluxo de imigrantes baianos em solo carioca se intensifica ainda mais, sob o contexto de busca por melhores condições de vida por parte dos libertos. Esta área passa a ser ocupada por negros baianos que já identificavam na capital federal as marcas de suas origens. Os bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo formavam o núcleo aglutinador desse “pedaço baiano”⁴, com territorialidades específicas manifestas de forma substantiva frente aos padrões de modernidade designados no bojo das transformações urbanas. Um movimento micro diaspórico se funda no Rio, em volta do Cais, nas casas antigas do centro da cidade, e em contornos que se inscreveram na história carioca marcado até então pela dualidade de mundos. A territorialidade cultural “africanizada” vai espacializar feições correspondentes à diferentes momentos históricos, que para além do contingente populacional negro, se relacionava a uma gama de atividades, de fins comerciais e portuários, responsáveis pela origem da alcunha “Pequena África”. (Figura 1).

⁴ VELLOSO, Mônica P. As tias baianas tomam conta do pedaço: Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. Estudos Históricos, vol. 3, n. 6. Rio de Janeiro, 1990.



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

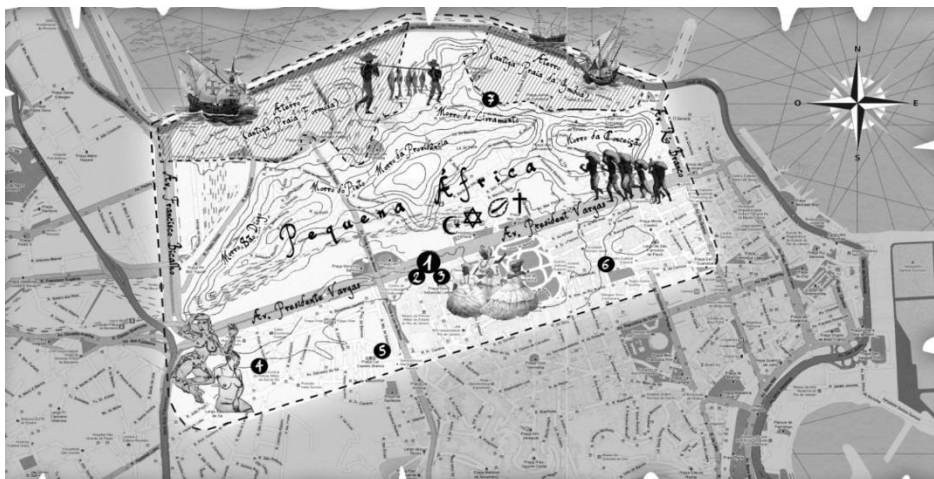


Figura 1: Mapa da Pequena África. Fonte: Revista Inteligência Empresarial, COPPE/UFRJ (2011, p. 22).

Ao passo que, o projeto modernizador defendido no período de Francisco Pereira Passos (1902- 1906), apostava na homogeneização do espaço urbano, também tornava a “porção da África no Rio de Janeiro” inadequada, onde República não visou integrar negros, indígenas, ciganos, imigrantes nordestinos e outras diversidades de grupos sociais à sociedade, já que estes representavam o oposto à “cidade moderna”, devendo ser excluídos do imaginário/imagem da cidade. A reforma Pereira Passos (1904) chega para modificar a fisionomia urbana, atingindo a Zona Portuária e adjacências, com a política do “bota abaixo”⁵, que provocou o deslocamento da maioria dos negros baianos para a região da Praça Onze/Cidade Nova. Com efeito, sob o mote da modernidade urbana, tal reforma engendrava rearranjos de caráter estético, viário e sanitário para dialogar com a vertente do branqueamento da população, expulsando as populações negras das habitações populares representadas pelos cortiços, espaços onde a “baianada” – autodenominação do grupo – havia se acomodado e onde, “[...] ficava clara a dimensão espacial da sociabilidade” (VELLOSO, 1990).

É no século XX que a “Pequena África” tem sua denominação originada. O fato inspirou Heitor dos Prazeres, compositor, cantor e pintor negro a designar tal alcunha a este território, com o objetivo de retratar não somente a presença física, mas também a

⁵ Disponível em: <https://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saudepublica/reforma-pereira-passos>



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

inscrição de atividades, práticas, matrizes culturais negras, africanas e afro-brasileiras locais. A área se estendia da Zona Portuária até a Praça Onze, englobando as imediações do bairro do Estácio, Morro da Providência, Campo de Santana e também outras partes do centro da cidade. Nesse momento, “[...] a presença negra se materializava em diversas práticas laborais, culturais, religiosas, de cuidado, entre outras, conectadas a ativismos, associativismos e sociabilidades negras” (SANTOS, 2021), particularizando o tecido social da região, cuja construção de “urbanidades negras” impunham uma libertação não legitimada pela lógica dominante vigente. Tais urbanidades eram compostas por personagens, sambistas como Hilário Jovino e Miguel Pequeno, e junto a eles um leque de ranchos, cordões, e blocos carnavalescos, organizações precessoras das escolas de samba – a exemplo da Escola de Samba Vizinha Faladeira, primeira do Rio de Janeiro nascida na região; As tias baianas, como Ciata, Bebiana, Carmem, Sadata, Perciliana, etc., lideranças religiosas e figuras influentes na cena da culinária, do samba e do carnaval, à frente das casas de zungu; Além de líderes religiosos como João Alabá, Cipriano Abedé e Assumano Mina, ao lado de suas casas de candomblés, como o Ilê Axé Opô Afonjá; Também haviam organizações trabalhistas e de resistência como a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, majoritariamente composta por negros e, remanescentes do período escravista, como as irmandades negras, a saber a Sociedade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e São Benedito, e a Irmandade de São Domingos, entre outras. Aqui, “[...] as irmandades para leigos floresceriam na Igreja durante a Colônia, como um expediente regulador do comportamento e das relações sociais entre grupos racial e socialmente diversos, amortecendo os choques, fazendo com que cada um se sentisse igual entre “os seus”, estes cuidadosamente definidos pela organização eclesiástica.” (MOURA, 1995. p. 34)

Assim, foram erguidas resistências às inúmeras remodelações urbanas locais, não somente implantadas pela Reforma Pereira Passos, e às “políticas branqueadoras” mas também diante de eventos como a sobreposição do Cais do Valongo pelo Cais da Imperatriz (1843), a abertura da Presidente Vargas (1945) e da chegada de projetos de



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

urbanização e revitalização na região, como os recentes Programa Favela-Bairro (1994) e o plano de recuperação de infraestrutura urbana da Zona Portuária, Projeto Porto Maravilha (2009). A Revolta da Vacina (1904), liderada pelo estivador e capoeirista Horácio José da Silva – o Prata Preta⁶, contra as campanhas sanitárias de vacinação da época, com rebeliões ocorridas na Praça da Harmonia (Atual Praça Coronel Assunção), região do bairro da Saúde denotou tal resistência. A Pequena África de resistências vai ser reafirmada como referente espacial identitário ao final do século XX e início do século XXI, pelo Movimento Negro, que passa a protagonizar um leque de repertórios espaciais de ação⁷. Logo, “[...] vão-se delinear políticas de memória espacializadas, que misturam referenciais temporais de diferentes momentos do passado, do presente e do futuro, como construção de um devir negro.” (SANTOS, 2021). É a partir dessa agência negra que a Pequena África passa ser vista como um “território negro”, não pelo exclusivo uso e apropriação de populações negras, visto que é igualmente ocupada por não-negros, mas a partir dos signos e tradições da cultura afro-brasileira e das disputas de significação.

Alguns marcos temporais demarcam as reivindicações atuais, como: (i) a inauguração do Centro Cultural José Bonifácio (1986), como centro de divulgação da cultura afro-brasileira, (ii) o tombamento da Pedra do Sal (1987) pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), (iii) o encontro dos vestígios do Cemitério Pretos Novos (1996) na Gamboa e (iv) a redescoberta do Cais do Valongo (2011), que redescoberto (Figura 2) reconecta a rede de aparatos logísticos e instituições do complexo escravagista. Tais acontecimentos se dão numa conjuntura onde o regime militar se encontrava enfraquecido e partidos de oposição aliados a setores do Movimento Negro são eleitos, ao mesmo tempo em que ocorria uma descentralização das políticas de salvaguarda de

⁶ Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/prata-preta/>

⁷ SANTOS, Renato E. Repertórios espaciais de ação na luta antirracismo: o caso da Pequena África no Rio de Janeiro. In: SANCHÉZ, Fernanda; MOREIRA, Paula C. (Org.) Cartografias do conflito: Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

patrimônios – sendo estes dois últimos acontecimentos elencados como parte de um processo de reconhecimento do patrimônio histórico negro no país.

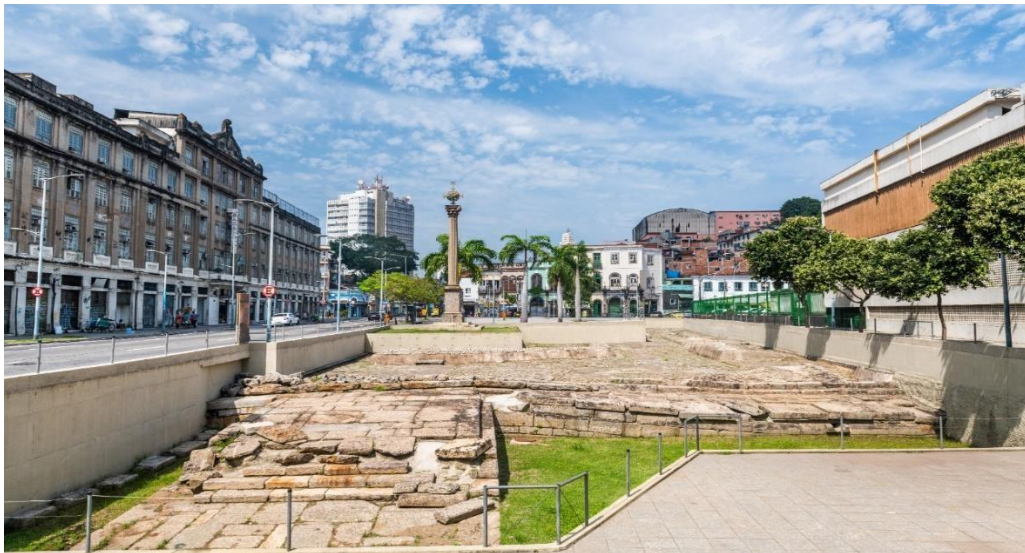


Figura 2: Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, Av. Barão de Tefé, Saúde. Fonte: <https://guianegro.com.br/>

TRANSFORMAÇÕES URBANAS E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO TERRITÓRIO: UMA QUESTÃO HISTÓRICA

A reflexão acerca da atuação dos grupos sociais subalternizados na porção central do Rio de Janeiro rememorada estrategicamente como “Pequena África”, desvela conflitos de ordem simbólica, onde as marcas vinculadas ao referencial identitário da cultural, história e memória negra são constantemente reivindicados numa lógica de disputa. Na mesma medida, é importante compreender que elementos, agentes e processos estão situados do outro lado deste conflito. No perímetro estudado, isto vem sendo desenhado pela incidência de intervenções urbanísticas de renovação, requalificação, revitalização e outros sinônimos da tônica dos “grandes projetos urbanos” (VAINER, 2000), representado, sobretudo, pelo chamado Projeto Porto Maravilha (2009). Numa retrospectiva, este foi concebido pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que sob o apoio de instâncias federais e estaduais, se inspirou em uma série de planos urbanísticos situadas em áreas portuárias de diversas cidades, como Barcelona (Espanha), São Francisco



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

(EUA) e Buenos Aires (Argentina). Após o centenário das transformações modernizadoras engendradas modernização na região com a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos à época, o Projeto Porto Maravilha chega com uma área de cinco milhões de metros quadrados, incluindo os bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa, Cidade Nova e Centro, com uma delimitação circunscrita pelas avenidas Presidente Vargas, Francisco Bicalho e Rodrigues Alves. As intervenções propostas incluíam a demolição do elevado da Perimetral, a criação do Túnel Binário, a revitalização da Praça Mauá e píer, a reurbanização do bairro da Saúde Morro da Conceição, além Programa Morar Carioca, que propunha “melhorias” urbanísticas no Morro da Providência. O mote de implementação do projeto se baseou na premissa de revitalização, reurbanização, renovação e outros sinônimos que pressupõem a falta de vitalidade e decadência da área a ser modificada.

Porém, a tessitura histórica de formação da Região Portuária do Rio demonstra histórico de apagamento da história e da luta de uma população trazida à força, e a imposição de sucessivos “higienismos” em prol dos interesses de agentes hegemônicos, que numa coalizão de forças apostaram na implantação de grandes projetos urbanos sob práticas de promoção do futuro imaginado para a região, seguindo o modelo neoliberal de planejamento. A lógica do Projeto Porto Maravilha impulsionou quadros de gentrificação e especulação imobiliária, apagando a presença da população habitante do território e inviabilizando sua história, no passado e no presente. Por outro lado, cultura foi um elemento cooptado pela lógica mercadológica assumida pelo “grande projeto” como nova fronteira de acumulação do capital, mobilizada e propagandeada a partir da criação de espaços, equipamentos culturais, realização de eventos, etc. Este é o caso da nomeação do edifício Heitor dos Prazeres⁸, um conjunto residencial de luxo de realização da Construtora Cury, localizado no bairro do Santo Cristo. Essa suposta valorização não dialoga com as concepções culturais e históricas de reconhecimento acionadas por grupos sociais negros, que se opõem à “glamourização” e buscam certa “consistência” e efetividade no retorno às reivindicações de grafagens espaciais de memória.

⁸ Disponível em: <https://rjcury.com.br/im%C3%B3vel/heitor-dos-prazeres/>



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

A primeira grande obra na região surge partir da Reforma Pereira Passos, na gestão do engenheiro Francisco Pereira Passos (1902). Ao final do século XIX, a Zona Portuária passou por um crescimento desordenado, impulsionado tanto pela chegada de imigrantes europeus, resultado da política de imigração e branqueamento, quanto pelo movimento micro diaspórico da população de ex-cativos negros baianos que ali se estabeleceram, atraídos pela busca por melhores condições de vida. À época, a fim de remover tal população, que não condizia com o futuro de modernização pensado para a área, Pereira Passos publica uma série de decretos deliberando a proibição do ofício de vendedores ambulantes locais, dialogando com o processo de “limpeza urbana”.

Inspirado na cidade de Paris, o plano urbanístico previa uma série de grandes obras que iam desde a abertura de novas vias ao alargamento das existentes, bem como o aterramento de grande parte da Baía, onde ruas estreitas passaram a ter quatorze, dezessete ou vinte-quatro metros de extensão devido a demolição de edifícios e cortiços (DEL BRENN, 1985), com a proibição de construção ou restauro de habitações coletivas, que já existiam em condições precárias. A justificativa sanitária foi o mote para remoções, como os conhecidos “bota-abaiços” e o famoso caso do cortiço “Cabeça de Porco”⁹, viabilizando o então alargamento das vias e a abertura da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco (1904).

“[...] A construção da avenida Central custa a demolição de cerca de setecentos prédios ocupados pela população proletária, por casas de artífices e pelo pequeno comércio. Por razões de saneamento, são demolidas pela Saúde Pública cerca de seiscentas outras habitações coletivas e setenta casas, que alojavam mais de 14 mil pessoas, afastando do Centro e da zona do porto — que pelo fim do século passado se estendia para além da praça Mauá, de Sacadura Cabral até a Gamboa — tanto a gente pequena vinda do Império, como negros, nordestinos e europeus recém-chegados na cidade.” (MOURA, 1995. p. 54)

A expulsão e realocação das populações marginalizadas no território se intensifica por meio das intervenções urbanísticas, que buscam moldar a cidade à imagem de uma modernização excludente, com grupos não-brancos sendo sistematicamente vistos

⁹ Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/cabeça-de-porco/>



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

como presenças a serem eliminadas, junto às suas territorialidades e marcas culturais. Após a Reforma Pereira Passos, outras duas grandes intervenções urbanas tiveram impacto significativo na área: a abertura da Avenida Presidente Vargas (1940-1942) e a construção do Elevado da Perimetral (1957-1978). A construção do Elevado Perimetral (1978), diferente das intervenções anteriores que se caracterizam pelo alto índice de remoções, afetou principalmente os galpões do porto e da Marinha, junto à demolição do Mercado Municipal. Enquanto isso, a obra da Av. Presidente Vargas, planejada para facilitar o transporte rápido e o tráfego de veículos leves e de carga, provocou demolições tão severas quanto as da Reforma Passos, cuja destruição englobou diversos prédios residenciais e comerciais, além de igrejas históricas como a de São Pedro dos Clérigos, São Domingos, Bom Jesus e Nossa Senhora da Conceição. “[...] Entre os prédios derrubados estavam o Paço da Prefeitura, um asilo e um hospital ao lado da igreja do Bom Jesus do Calvário” (LIMA, 1990). A demolição também alcançou a Praça Onze de Junho, na Cidade Nova, e parte do Campo de Santana, áreas que abrigavam a população negra removida. Aqui, a Praça Onze não demoraria a se tornar reduto do samba e do carnaval, e de práticas culturais e religiosas afro-brasileiras nos quintais das Tias Baianas, nas casas de candomblé com líderes religiosos, sambistas, ativistas, etc. O local não só se consolidou como espaço de sociabilidade da população negra, como também contava com a presença de imigrantes de diversas nacionalidades, judeus, tornando-se símbolo da luta e da “diversidade cultural” (MOURA, 1995. p. 101).

Ali, a população negra sofreu diversos deslocamentos, onde muitos passaram a ocupar morros e encostas da área central, como o Morro da Providência, que se tornou a primeira favela do Brasil. Alguns morros, elencados como problemática sanitária e estética, foram implodidos: a saber o Morro do Santo Antônio, Morro do Castelo e Morro do Senado. A diáspora também se especializou nos subúrbios cariocas, que com o avanço dos modais de transporte ferroviários, solidificou núcleos urbanos em torno de estações de trem durante o período do século XX. Se no passado a tônica era majoritariamente sanitarista, estética e incluída no projeto de cidade modernizante, no tempo presente, as remodelações urbanas e urbanísticas engendradas na região vão



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

dialogar com práticas neoliberais de planejamento, abrindo espaço para a inscrição espacial de uma coalizão de agentes hegemônicos envolvidos na implantação de grandes projetos urbanos. Assim, a promoção do futuro imaginado para a região segue uma dinâmica específica, que dialoga com o que a literatura específica menciona:

“(i) “[...] o conceito de “planejamento estratégico” entre os “modelos de planejamento urbano que concorrem para ocupar o trono deixado vazio pela derrocada do tradicional padrão tecnocrático-centralizado-autoritário.” (VAINER, 2000); (ii) “[...] o que está em promoção é um “produto inédito, a saber, a própria cidade, que não se vende, como disse, se não se fizer acompanhar por uma adequada política de image-making.” (ARANTES, 2000).”

Nessa fórmula, o Projeto Porto Maravilha (Figura 3) se estabelece na região, previsto pela Lei Municipal Complementar nº 101/2009 e conduzido por uma Operação Urbana Consorciada (OUC), instrumento urbanístico de parceria público-privada para planos urbanos com previsão de modificação do Plano Diretor da Zona Portuária, sob a coordenação da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP). Esse modelo lê a cidade como mercadoria, elaborando estratégias para atrair investimentos estrangeiros por meio da valorização urbana, onde se torna fundamental a parceria entre os setores público e privado. (VAINER, 2000). O poder público conta com o aporte financeiro de grupos empresariais privados para viabilização de projetos, possibilitando intervenção em áreas específicas da cidade sob a premissa de “modernizar” sua estrutura urbana. Tal processo abre portas para que o capital privado atue diretamente na produção do espaço urbano, tendo como meta aumentar os retornos financeiros sobre os investimentos. Autores também vão destacar um ponto importante: a presença de padrões competitivos, “*market oriented* e *market friendly*” faz parte não só da “maneira estratégica de planejar cidades” como também está no roteiro da administração pública municipal/estadual brasileira. (VAINER; OLIVEIRA; LIMA JUNIOR, 2013)



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem



Figura 3: Mapa de uso e ocupação do Projeto Porto Maravilha. Fonte: <https://abraa.net/>

O projeto foi propagandeado como plano de requalificação urbana para a promoção do “reencontro” da Região Portuária com a cidade, lançando um novo padrão de vida no Rio de Janeiro. Com as mudanças previstas, a degradação de décadas é revertida na onda de reformas urbanas locais, cujo objetivo é construir um modelo para outros bairros na cidade. O plano integrado de intervenção contemplava alteração de usos, parâmetros edilícios, novos sistemas viários e de transporte público, requalificação urbanística/paisagística, a fim de torna a região atrativa à moradia e à oferta de emprego. Com base em outras cidades pelo mundo, as quais recuperaram suas áreas portuárias dadas como degradadas, a aposta era em “pontos de interesse turístico”. Na área, até então caracterizada por prédios baixos e poucos espaços vazios entre os edifícios, predominantemente composta por sobrados coloniais, a Operação Urbana Consorciada (OUC) passou a permitir o aumento do gabarito das construções para até noventa metros, mediante a compra dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs) (Figura 4) em grande parte da região¹⁰. Com isso, o projeto visava elevar a densidade demográfica, aumentando o número de habitantes com a chegada de novos moradores, atraindo pra região um perfil específico de pessoas. Na execução das obras de infraestrutura urbana e viária, foram removidas uma estimativa de 20.299 famílias da

¹⁰ Disponível em: <https://www.ccpa.rio/projeto/porto-maravilha/operacao-urbana/>



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

área, de acordo com dados da Assessoria de Comunicação Social da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), evidenciando um processo de gentrificação. (FAULHABER, 2015)

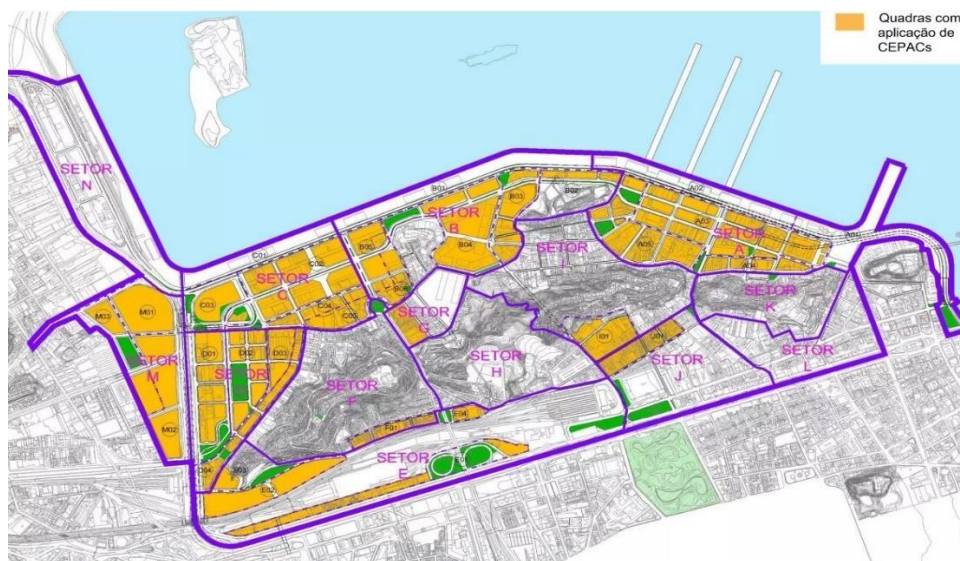


Figura 4: Mapa de setores das CEPACs do Projeto Porto Maravilha. Fonte: Slide Share Porto Maravilha

Essa mesma narrativa de futuro da cidade proposta pelo Projeto Porto Maravilha e as representações dos projetos arquitetônicos-urbanísticos para a região, “apaga do mapa” a existência do Morro da Providência como parte integrante da Pequena África, local onde surgiu a primeira favela do Rio de Janeiro. A remoção ocorre sistematicamente no espaço construído, mas também na dimensão simbólica, como uma constante desse tipo de projeto urbano, que no discurso de ordenamento e embelezamento da cidade, desvela dinâmicas de acumulação de capital, sob o âmbito imobiliário. O modelo de planejamento estratégico implementando no Porto do Rio, submete à cidade a uma gestão empresarial pautada pela lógica da produtividade e competitividade. (VAINER, 2000). Para os neoplanejadores, a cidade-mercadoria deve estar exposta junto às outras cidades na vitrine do mercado mundial, que na dinâmica da parceria público-privada, o privado se mantém como interesse do empresariado urbano, respaldado pelo poder público. Assim, a cidade é construída de acordo com a lógica mercadológica, onde os interesses comerciais estão pautados, em detrimento do bem-estar social e ambiental.



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

Qual o perfil da cidade a ser vendida, o perfil das suas construções, atrações e de seus moradores? O Projeto Porto Maravilha, apesar de tônicas diferentes, atua em princípio semelhante ao da Reforma Pereira Passos, dada a inspiração através de cidades da Europa, com a promoção de grandes intervenções urbanísticas e remoção de grupos sociais específicos, “indesejáveis.” Os grandes empreendimentos locais passam por cima das territorialidades negras no presente, valorizando o passado negro a partir de uma narrativa fixada na escravidão, e afinada aos interesses da “cidade-empresa”. Os processos de modernização capitalista ali engendrados, escamoteiam uma série de impactos racializados, onde os projetos urbanos desvelam sucessivas escolhas que impactam grupos sociais racializados, (MOREIRA, 2021), sobretudo a população negra, evidenciando o evento urbano do “branqueamento do território”. (SANTOS, et. al. 2018). Nesse sentido, uma gama de referenciais espaciais negros é suprimida do tecido urbano, cujas ações de transformação urbana reiteram a diretriz de apagamento histórico, desde a Reforma Pereira Passos até aqui.

“[...] o evento urbano do “branqueamento do território”, que conforme supracitado envolve três dimensões: o branqueamento da população, com a mudança do perfil populacional local; o branqueamento da cultura, onde matrizes e práticas culturais branco-eurocêntricas são impostas, unidas aos ditos processos de “modernização”; e o branqueamento da imagem, que controla as narrativas e imagens produzidas sobre o lugar.” (SANTOS et. al., 2018)

Desse modo, considerando a dimensão racializada da discussão, deve-se ressaltar que estes elementos, agentes e processos representados pelo “Porto Maravilha” e por outros projetos de renovação urbanística local, se encontram do outro lado da disputa de lugar espacializada no suporte territorial identitário da Pequena África. Por meio da imposição de um “fazer” (segregador/branqueador) ideal de cidade, engendram uma produção discursiva estigmatizante sobre a população negra, seus territórios e territorialidades; e propagam uma nova imagem/imaginário urbano num “[...] exercício de ficcionar futuros embranquecidos para as cidades.” (SILVA, 2021), desconsiderando presenças predecessoras tanto no/do espaço físico quanto no simbólico. Diante disso, é preciso que as múltiplas formas de “re-ação” dos grupos sociais nesse conflito sejam evidenciadas.



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

R-EXISTÊNCIAS, RESISTÊNCIAS NEGRAS E O REPERTÓRIO ESPACIAL DE AÇÃO

Ao final do século XX e início do século XXI, é firmada a reivindicação da área enquanto referência espacial identitária, por meio da atuação de entidades e ativistas do Movimento Negro com seu leque de “repertórios espaciais de ação” (SANTOS, 2019). Logo, surgem uma série de iniciativas de grupos culturais, políticos e religiosos sob práticas que espacializam políticas de memória de distintas temporalidades, numa forma de agência que performatiza a Pequena África como um território negro. O lugar é objeto de disputa, palco do confronto entre símbolos, imagens e imaginários urbanos pensados para ele (MASSEY, 2000), e ali, são espacializadas territorialidades negras, contando com variadas formas de valorização: patrimonialização e musealização de bens em diferentes agências, como a transformação do Cemitério Pretos Novos em Instituto Pretos Novos (IPN) (Figura 5); disputa judicializada por nomeações de logradouros como signo de memória, como o caso das estações de VLT na região – Santa Rita/Pretos Novos, Camerino/Rosas Negras, Cristiano Ottoni/Pequena África e Parada dos Navios/Valongo.

Além da manutenção de espaços e manifestações culturais/religiosas, a exemplo das Rodas de Samba da Pedra do Sal, as apresentações do grupo cultural-religioso Afoxé Filhos de Gandhi (1951) e os ritos de lavagem tanto da Pedra do Sal como do Cais do Valongo – rito realizado pelo Instituto Nacional e Órgão Supremo Sacerdotal da Tradição e Cultura Afro-Brasileira e que obteve apoios institucionais, além de ter sido incluído no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas da Cidade do Rio de Janeiro através da Lei Municipal nº 5.820/2014; reivindicação de políticas públicas; criação de organizações diversas e gramáticas racializadas de lutas, como ocupações urbanas locais na luta por moradia. São formas de apropriações dos espaços públicos por parte de sujeitos e grupos sociais negros, a partir da preservação de práticas culturais e religiosas afro-brasileiras, historicamente ocultadas do espaço urbano, que ressignificam uso e significado do lugar, e constroem a relação de pertencimento com os bens patrimoniais negros locais.



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem



Figura 5: Espaço do Museu/Cemitério Pretos Novos no IPN. Fonte: Brasil de Fato

Em seu diálogo com a memória, o patrimônio opera como uma “[...] metáfora para o legado de uma memória coletiva, de algo culturalmente comum a um grupo” (SODRÉ, 2002. p. 50), cujo autor menciona o exemplo dos terreiros como bem patrimonial simbólico do negro brasileiro vinculado às memórias de África, defendendo que a noção de patrimônio engloba bens materiais e lugar social ocupado por determinado grupo. No caso da Pequena África, a perspectiva sociológica junto ao papel de instrumento jurídico do bem patrimonial, auxiliando na compreensão da luta do Movimento Negro em reivindicar grafagens espaciais da memória por meio da patrimonialização de bens materiais/imateriais vinculados à cultura afro-brasileira, em formas de preservação de “lugares de memória” (NORA, 1993). Os pontos até então patrimonializados demonstram que o referente espacial de Pequena África rememora, não somente o passado, isto é, o período de Heitor dos Prazeres do século XX, mas também se associa às ações do Movimento Negro. Desse modo, há um alargamento do território no tempo histórico, onde são mobilizados patrimônios cujas materialidades datam de períodos anteriores, como os casos da Pedra do Sal, Cemitério dos Pretos Novos e o Cais do Valongo, valorizando e positivando a inserção de negros e negras na ordem social escravista.

As ações de patrimonialização como a da Pedra do Sal, a musealização do Cemitério Pretos Novos após o encontro dos vestígios e a redescoberta do Cais do Valongo



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

evidenciam a ativação de memórias negras históricas e o agenciamento de práticas culturais negras como “[...] dado definidor do tecido sociopolítico do local.” (SANTOS, 2021), cuja inserção é predecessora à incidência dos projetos de revitalização urbana na região, como representado acima pelo Projeto Porto Maravilha. A saber, atos de “resistência e criação”¹¹ se configuram como produto da agência negra, frente às políticas de branqueamento do território em variadas dimensões urbanas desde 1980, como demonstrado, através da reconstrução dos sentidos de lugar da Pequena África. Isto significa que estes atores e grupos sociais não estão apenas reagindo.

“[...] Por isso, mais do que resistência, o que se tem é r-existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se r- existe. Existo, logo resisto. R-Existo.” (PORTO-GONÇALVES, 2006. p.51). Tal contribuição do geógrafo permite uma leitura das ações dos grupos vinculados à história e à cultura negra local não como impulsionada pelas transformações urbanas ocorridas na região, mas ao contrário, como sendo pré-existentes a elas – anteriores ao anúncio do Projeto Porto Maravilha e antagônicas à abrangência do projeto, com dinâmicas sociais, políticas e econômicas próprias, onde são tencionadas temporalidades e espacialidades da Pequena África. É aqui onde se protagonizam as “disputas de lugar”, momento onde os “[...] traços identificadores dos lugares funcionam como símbolos atuantes na construção da memória social através de sua associação a eventos expressivos da história coletiva.” (KOHLSDORF, 2005). Para exemplificar ainda mais a dimensão conflitiva da memória na Pequena África, está o caso da redescoberta do Cais do Valongo (2011), e a consequente eleição da área como Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2017.

Nessa conjuntura, se davam as obras da referida Operação Urbana Consorciada (OUC) do Porto Maravilha na região, que removeu famílias locais e despejou ocupações

¹¹ SANTOS, Renato E. Repertórios espaciais de ação na luta anti-racismo : o caso da Pequena África no Rio de Janeiro. In: SANCHÉZ, Fernanda; MOREIRA, Paula C. (Org.) Cartografias do conflito: Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

populares, desvelou a citada lógica do branqueamento do território. Com escavações que revelaram objetos de origem africana na abertura da Avenida Barão de Tefé, no bairro da Saúde, emergiam ações de grupos negros pela salvaguarda do patrimônio arqueológico da região. A legitimação do Cais do Valongo como patrimônio foi resultado das articulações do Movimento Negro junto à ativistas, acadêmicos e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para o reconhecimento do perímetro como bem patrimonial histórico e cultural da cidade. Sobretudo a partir da pressão do presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro da Cidade do Rio de Janeiro (Comdedine) à época, em audiência pública junto à prefeitura, somada à organização de diversos órgãos públicos ligados à defesa dos direitos do negro. Diante desta articulação política, foi criado o Circuito Histórico Arqueológico de Celebração da Cultura Africana¹² (Figura 6), que propunha a delimitação de seis pontos alusivos ao complexo escravagista: Cais do Valongo, Pedra do Sal, Jardim Suspenso do Valongo, Largo do Depósito, Instituto Pretos Novos (IPN) e o Centro Cultural José Bonifácio (CCJB). Este foi um cenário em que o conjunto de reivindicações levaram à OUC do Porto Maravilha a ajustar o projeto de renovação urbana e incorporar signos culturais afrobrasileiros ao plano urbanístico, através da criação do circuito. Na verdade, o Circuito da Herança desvela uma valorização da presença negra cristalizada no passado, em detrimento da presença inscrita no tempo presente, cuja marcas culturais atuais, a exemplo das instalações das escolas de samba – não integradas ao circuito – são invisibilizadas para dar lugar à signos negros de uma narrativa escravocrata.

“[...] Tal circuito não acompanha a espetacularização dos empreendimentos culturais do Porto Maravilha (Museu do Amanhã, Museu de Arte do Rio, Roda-Gigante Rio Star, Aquário Marinho AquaRio, etc.), recebendo volumes de recursos muito menor do que tais equipamentos centrados na monumentalidade. E, tendo um reduzido número de pontos (apesar da importância deles), não dá conta do que emerge das múltiplas vozes do Movimento Negro, que operam a partir de outras concepções de valorização cultural e histórica do lugar.” (SANTOS, 2021)

¹² Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2011/3481/34803/decreto-n-34803-2011dispoe-sobre-a-criacao-do-circuito-historico-e-arqueologico-de-celebracao-da-heranca-africana-e-o-grupo-detrabalho-curatorial-do-projeto-urbanistico-arquitetonico-e-museologico-do-circuito>



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem



Figura 6: Mapa do Circuito Histórico e Arqueológico de Herança Africana. Fonte: <https://portomaravilha.com.br/circuito>

A criação deste circuito não se iguala à magnitude dos grandes empreendimentos culturais do Porto Maravilha, como por exemplo o Museu do Amanhã, portanto recebendo aporte menor do que tais equipamentos monumentais. Nessa toada, os itens de memória da Pequena África se tornam “trunfos” das narrativas hegemônica da cidade, que reduzem participação e presença negra à temporalidade da escravidão ou numa apropriação de referenciais negros aos empreendimentos imobiliários. Nesse mesmo contexto, em 2017 o Cais do Valongo se torna Patrimônio Mundial pela UNESCO, sítio arqueológico incluído na Rota do Escravo: Resistência, Liberdade e Herança, integrado à uma rede de cidades que participaram do tráfico negreiro, e situado numa delimitação denominada “Zona de Amortecimento”, poligonal circunscrita entre os bairros da Gamboa e da Saúde que garante a salvaguarda não apenas do bem patrimonial como do seu entorno. Este bem também vira um elemento trunfo, sobretudo após ganhar projeção internacional. Com efeito, a patrimonialização do Cais pode ser abordada em dupla perspectiva: como algo que possibilita o reconhecimento de outros lugares de memória na região, ao mesmo tempo que desvela o aprisionamento da memória num dado recorte espaço-temporal que remete à escravização, cristalizado no passado em detrimento da massiva presença de práticas culturais negras no presente.” (SILVA; SILVA, 2019). Por fim, no campo de disputa simbólica engendrada na Pequena África,



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

novamente a mobilização de ativistas do Movimento Negro vai entoar reivindicações em prol do patrimônio e da memória negra da região.

Em 2018, cria-se o Circuito Histórico e Arqueológico da Pequena África¹³ (Figura 7), constituído por um número maior de pontos: Largo São Francisco da Prainha, Morro da Conceição, Quilombo da Pedra do Sal, Cais do Valongo e Cais da Imperatriz, Praça Municipal Jornal do Comércio, Edifício Armazéns Docas Pedro II, terreno remanescente da residência de Machado de Assis, Jardins Suspensos do Valongo, Largo do Depósito (Atual Praça dos Estivadores), Rua Barão de São Felix, Praça da Harmonia, Cemitério dos Pretos Novos e Centro Cultural José Bonifácio (CCJB). Os circuitos negros se posicionam como mais um instrumento de disputa, uma espécie de “[...] uso tático pelos atores do território, que no fazer cotidiano desses trajetos acionam memórias negras grafando e significando o território a partir do referencial simbólico da Pequena África. Nesse sentido, a categoria circuito permite compreender as múltiplas expressões e práticas espaciais, que se sobrepõem e/ou complementam na construção da memória negra do território.” (SILVA, 2019).

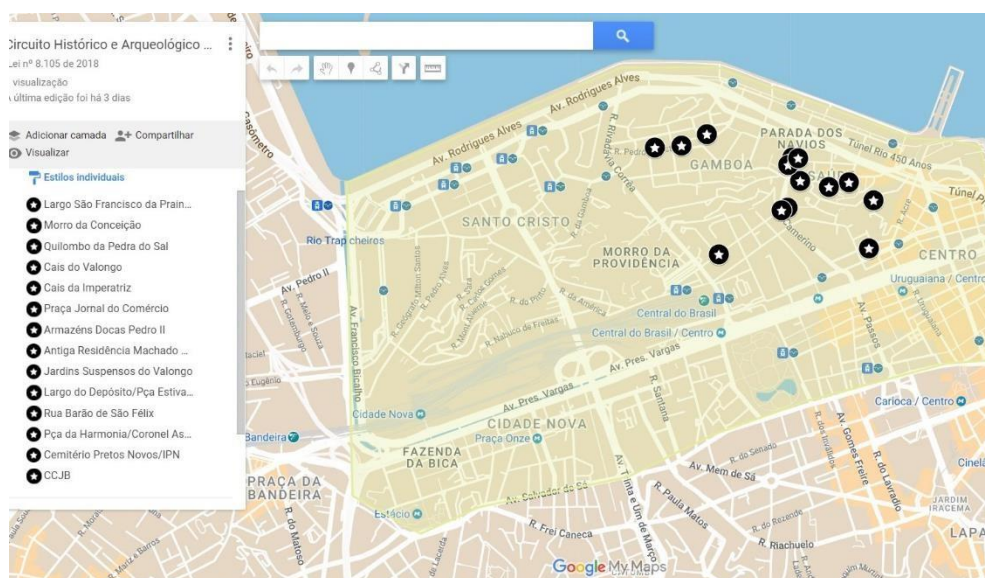


Figura 7: Mapa do Circuito Histórico e Arqueológico da Pequena África. Fonte: Google My Maps (Elaboração própria)

¹³ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/629646654/lei-8105-18-rio-de-janeiro-rj>



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

Outro exemplo de luta surgiu devido às obras da Linha 3 do VLT (Veículo Leve sob Trilhos) em 2018, com reformas que desvelam os vestígios arqueológicos de um cemitério¹⁴ de escravizados – localizado próximo à atual Igreja Santa Rita, Centro do Rio – datado do século XVIII, ou seja, anterior ao Cemitério Pretos Novos do IPN. Nesse ensejo, foi criada a “Comissão Pequena África”¹⁵, com forte braço judicializado expresso na participação em audiências públicas junto ao Ministério Público Federal. Isto resultou nos episódios de resgate de nomeações de estações específicas do VLT na região, alusivas à história negra local. Entre elas estão: a Estação Santa Rita, que passou a ser chamada “Santa Rita/Pretos Novos”; a Estação Camerino virou “Camerino/Rosas Negras”; Além da Estação Cristiano Ottoni, que se transformou em Cristiano Ottoni/Pequena África e a Estação “Parada dos Navios” se tornou Parada dos Navios/Valongo.

Com efeito, a toponímia é um ramo da Linguística que estuda a origem e o nome próprio dos lugares geográficos, porém, é um campo pouco abordado à luz das relações de poder, interesses de grupos em dinâmicas espaciais, sobretudo raciais onde o “ato de nomear” está de ser politicamente neutro, pois “[...] nomear lugares é impregná-los de cultura e poder” (CLAVAL, 2001. p. 202), e, na Pequena África, toponímias são marcas históricas apagadas, fruto de narrativas espaciais “branqueadas”, podendo serem lidas como objeto cooptado por atores hegemônicos, ao mesmo tempo que são ferramenta de disputa acionada por atores sociais locais. Para ilustrar, diversos nomes de ruas da Pequena África foram apagados do tecido urbano da região: a antiga “Rua Luís Gama”, em homenagem ao abolicionista e intelectual negro, hoje se chama Rua Pedro I; a antiga “Rua do Cemitério”, que aludia à presença do citado Cemitério Pretos Novos no bairro da Gamboa, passou a se chamar Rua Pedro Ernesto.

¹⁴ Disponível em: <https://santarita.hypotheses.org/2534>

¹⁵ VASSALO, Simone; BITTER, Daniel. A múltipla Pequena África no Rio de Janeiro: perspectivas reflexas de negros e judeus. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia. Periódicos UFF. Rio de Janeiro: dez, 2021.



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

Além disso, ocupações urbanas de luta por moradia na região remetem a figuras históricas negras, algumas são Ocupação Luís Gama, Almirante João Cândido, Mariana Crioula, Manuel Congo, etc. Ou seja, se de um lado há apagamento simbólico, do outro, atos de “resistência e criação” de grupos sociais resgatam ou criam nomeações negras locais, como no caso das estações de VLT mencionadas; da renomeação da antiga “Rua Argemiro Bulcão” para Rua Tia Ciata, em homenagem à Ciata de Oxum e da criação da “Praça Carmem do Xibuca”¹⁶, antes praça inominada na Cidade Nova. Esses são elementos inseridos na dimensão imaterial dos itens de memória negra na região, e sua disputa judicializada, junto às ações de patrimonialização e à manutenção de práticas culturais/religiosas, além de outras formas de reivindicação, constroem as resistências e o repertório de ação dos grupos sociais negros na Pequena África.

Considerações

A reflexão compreende a Pequena África como permanente arena de conflito simbólico, onde grupos sociais negros vêm resistindo à incidência de grandes transformações urbanas no passado e no presente. O devir negro evidencia que a “Pequena África de Heitor dos Prazeres” conforma as bases do “território negro”, referente identitário rememorado pelo Movimento Negro. O passado é ora apagado, ora hipervalorizado, e o presente materializa a agência negra de valorização da cultura, da história e memória afro-brasileira, com a imagem do futuro sendo igualmente disputada. São atos de “resistência e criação” que sustentam políticas de memória contra as imposições propostas por práticas hegemônicas de cidade, que na tônica de revitalizações vão se vincular à lógica de empresariado urbano para promover apagamentos sistêmicos, lançando representações culturais negras ao essencialismo. As “urbanidades negras” presentificam a memória negra, ou por meio de itens da dimensão material representada pelos bens patrimoniais - como o Cais do Valongo, ou imaterial, cujo repertório espacial dos grupos grafa o espaço com territorialidades da população negra, fazendo com que

¹⁶ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2022/772/7715/lei-ordinaria-n-77152022-da-o-nome-de-praca-tia-carmem-do-xibuca-a-praca-inominada-situada-entre-as-ruas-benedito-hipolito-e-carmoneto-no-bairro-cidade-nova>



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

este suporte territorial identitário seja performatizado como território negro no centro da cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília B. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**.

4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas. SMH 2016: **Remoções no Rio de Janeiro Olímpico**.

Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. 2ª. ed. Florianópolis: EDUSC, 2001.

DEL BRENNA, Giovanna Rosso. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro: Index, 1985.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **Patrimônio cultural e preservação da identidade dos lugares**. Arquiteturarevista. vol. 1. n. 2. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, jul-dez, 2005.

LIMA, Evelyn F. W. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Rio de Janeiro, 1990.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: Arantes, Antônio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

MOREIRA, Paula C. Dividir e conquistar: intervenções urbanas no centro do Rio de Janeiro e a Pequena África. In: SANTOS, Renato E. BARROS, Teresa G.; REIS, Desiree;

ARAÚJO, Luis. (Org.) **Territórios Negros: Patrimônio e Educação na Pequena África**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. pp. 200-213

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Funarte, 1983

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Yara Aun Khoury (Trad.). São Paulo: Editions Gallimard, 1993



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano**. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: GEOgraphia, v. 8, n. 16, 2006.

SANTOS, Renato E.; SILVA, Karoline; RIBEIRO, Lisyane, P.; SILVA, Nayara. **Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou reexistência e protagonismo?** Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico. 1ª ed. Belo Horizonte: Fluxos, 2018.

SANTOS, Renato E. Repertórios espaciais de ação na luta anti-racismo: o caso da Pequena África no Rio de Janeiro. In: SANCHÉZ, Fernanda; MOREIRA, Paula C. (Org.) **Cartografias do conflito: Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. pp. 12-27

_____. Pequena África: um território negro na área central do Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato E. BARROS, Teresa G.; REIS, Desiree; ARAÚJO, Luis. (Org.) **Territórios Negros: Patrimônio e Educação na Pequena África**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. pp. 214-229

SILVA, Karoline. **Circuitos negros: táticas de visibilização dos lugares de memória na Pequena África (RJ)**. XX Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR). Belém: maio, 2023.

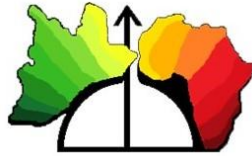
SILVA, Karoline; SILVA, Stéfany. **Perspectivas do Cais do Valongo: entre lugares de memória e patrimonialização**. V Seminário Salvador e Suas Cores. Salvador: maio, 2019.

SILVA, Stéfany. Imaginários espaciais em disputa: representações no processo de significação da Zona Portuária do Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato E. BARROS, Teresa G.; REIS, Desiree; ARAÚJO, Luis. (Org.) **Territórios Negros: Patrimônio e Educação na Pequena África**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. pp. 64-78

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Salvador: Imago, 2002. pp. 6-48

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia.; VAINER, Carlos.; MARICATO, Erminia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 4ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

VAINER, Carlos.; OLIVEIRA, Fabrício. L.; NOVAIS LIMA JR, Pedro de. Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos. In: OLIVEIRA, F. L.;



SALVADOR E SUAS CORES [2024]
Circulações e Produções Culturais Negras
nas Cidades Afro-diaspóricas no Atlântico Sul Hoje e Ontem

CARDOSO, A. L. COSTA, H. S. M.; VAINER, C. (Org.). **Grandes projetos metropolitanos**. Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

VELLOSO, Mônica P. **As tias baianas tomam conta do pedaço: Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro**. Estudos Históricos, vol. 3, n. 6. Rio de Janeiro, 1990. pp .207-228.